

Diário de bordo

Novo limite para a vida?

Roberto Rodrigues*



O GOVERNO brasileiro lançou, no último 8 de fevereiro, uma ambiciosa Política de Desenvolvimento de Biotecnologia. O objetivo é colocar o Brasil, no prazo de 15 anos, entre os 5 principais países na pesquisa e geração de serviços e produtos biotecnológicos.

Chega em boa hora!

É espetacular o que acontece nesse setor da ciência nos países desenvolvidos. As empresas que destinavam o total de sua atenção e orçamento à produção de fármacos, químicos ou defensivos agrícolas, voltam-se para a biotecnologia. Seus trabalhos podem mudar até conceitos técnicos antigos e comprovados, como os dos limites da vida. Seria exagero afirmar isto?

Os habitantes do Groenlândia são o grupo étnico com menor número de problemas cardíacos em todo o globo. Inicialmente, imaginava-se que isso se devia à sua rica alimentação à base de carne de peixe. Hoje sabe-se que na verdade tal “imunização” se deve ao ômega 3, substância encontrada em algas consumidas pelos peixes comidos pelos groenlandianos.

Pois bem: o ômega 3 foi isolado e introduzido na soja, cujo óleo, em menos de 10 anos, estará à disposição dos consumidores nos quatro cantos da Terra. Isso não muda uma parte do conceito de limite da vida? Milho resistente à seca poderá ser plantado em áreas até hoje proibidas para o cereal, gerando riquezas, empregos e melhores condições de sobrevivência para populações hoje marginalizadas. Novos genes bioinseticidas eliminarão milhões de toneladas de defensivos para algodão, tomate, frutas etc, contribuindo para minimizar as catastróficas perspectivas de mudanças climáticas.

São tantas as pesquisas nessa área animadas pela nanotecnologia, tanto dinheiro está investido (as empresas privadas estão no processo com o objetivo de lucro, mas a humanidade vai se beneficiar) que, brevemente, teremos produtos agrícolas com poderes medicinais, mais nutritivos, resistentes a pragas e doenças, à geada e à seca, muito mais saudáveis e produzidos de forma não-agressiva ao ambiente.

A questão da agroenergia também proporciona avanços na área. São inúmeros projetos para produzir muito mais etanol ou biodiesel por hectare nos próximos anos. Os investimentos maciços dos países ricos nos fazem correr o risco de ficar para trás em tecnologia. Podemos perder a vantagem natural que já temos com a cana (indiscutivelmente a melhor base energética para etanol) e a liderança conseguida com o Proálcool.

O programa lançado pelo governo brasileiro contempla esse setor com grandeza, pois tem como diretriz o estímulo à produção nacional de produtos estratégicos na área industrial para que a bioindústria brasileira seja mais competitiva e expanda suas exportações. E os alvos vão desde a barreira para a produção de etanol e biodiesel até a alcooquímica, passando pelos processos agrícolas e industriais de toda a cadeia produtiva.

Mas o programa é muito mais que isso, ao abranger um formidável leque de possibilidades, que incluem: plantas resistentes a pragas, doenças e a clima desfavorável; desenvolvimento de vacinas; tecnologias moleculares e de biosegurança; tecnologias para preservação de identidade genética da cultura; caracterização de genomas funcionais de patógenos (e já temos experiência internacional no

sequenciamento de genomas); melhoria nos laboratórios; verificação, certificação e rastreabilidade; e sustentabilidade ambiental, inclusive com a preocupação sobre mudanças climáticas.

Como se observa, é um plano amplo, que cuida do progresso das cadeias produtivas do agronegócio. Começa na prancheta do pesquisador e acaba na gôndola do supermercado, com clara preocupação em relação à preservação dos recursos naturais.

Claro que no projeto há várias questões não esclarecidas, a começar pelo aporte de recursos financeiros: o governo se dispõe a aplicar R\$ 10 bilhões nos próximos 10 anos, dos quais 60% seriam públicos, e 40% privados. Portanto, o setor privado precisa ser atraído para tal investimento. Isso implica mudar as regras de funcionamento da CTNBio, entre outros pontos, na área legal, como a Lei de Inovação Tecnológica e até mesmo a de Licitações. E, para que os avanços se concretizarem, foi criado o Comitê Nacional de Biotecnologia, composto por 10 ministérios, órgãos de pesquisa e agências financiadoras.

Só neste ano se pretende investir 820 milhões de reais no programa. É bom!

Portanto, além de apostar nos bons desdobramentos do ambicioso processo, vamos confiar na capacidade dos pesquisadores do mundo todo nessa mudança, até de paradigma, quando se trata de ciências da vida. Não há limite, com dinheiro e gente capaz para realizar conquistas latentes. O limite será dado pela ética e, para isso, toda a comunidade precisa estar empenhada e envolvida. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócios da FGV, presidente do Conselho de Agronegócios da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal